

## XII-083 - PLANEJAMENTO EM SANEAMENTO BÁSICO: UM ESTUDO DE CASO EM ITABIRA- MINAS GERAIS

**Patricia Aparecida Coelho**

Graduanda em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal de Itajubá.

**Uende Aparecida Figueiredo Gomes<sup>(1)</sup>**

Possui graduação em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal de Viçosa (2006), mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2009) e doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012). Atualmente é professora da Universidade Federal de Itajubá - *Campus Itabira*

**Endereço:** Rua Irmã Ivone Drumond, 200 – Distrito Industrial II, Sala 201. CEP 35903-087. Itabira/Minas Gerais - Brasil - Tel: (31) 38390877. e-mail: uende@unifei.edu.br

### RESUMO

De acordo com a Lei 11.445/2007, que institui as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, um dos instrumentos da política federal de saneamento básico consiste na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB. A Lei também estabelece que, a partir de sua promulgação, os responsáveis pela elaboração, coordenação, regulamentação do PMSB são os municípios e que a população também deverá participar de todas as etapas da elaboração do plano. Com a regulamentação da Lei 11.445/2007, ficou instituído que somente os municípios que elaborarem o PMSB até dezembro de 2015, receberão repasses do governo federal para a área de saneamento. Nesse contexto, alguns questionamentos podem ser realizados tais como a real motivação para a elaboração do plano pelos dos municípios, a qualidade dos planos elaborados e a capacidade desses em de fato subsidiar e orientar as políticas públicas na área. Sendo assim, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar o processo de elaboração e o conteúdo do Plano Municipal de Saneamento Básico de Itabira/Minas Gerais. Para tanto, a metodologia utilizada para a coleta de dados englobou a observação, a análise de documentos e a realização de entrevistas semiestruturadas. Os documentos analisados envolveram os produtos entregues pela consultoria contratada, os termos de referência e atas das reuniões do Comitê de Coordenação constituído para fins de acompanhamento do processo de elaboração do PMSB. As entrevistas foram realizadas com atores chave e as observações ocorreram por meio de participação em reuniões e oficinas que foram realizadas com o intuito de subsidiar a elaboração do PMSB. Entre os resultados da pesquisa está a constatação de que a elaboração do PMSB foi influenciada pela exigência legal relacionada ao acesso a recursos públicos federais, com isso uma das principais motivações para elaboração do plano no município é o cumprimento da lei. Entre as dificuldades encontradas para elaboração do PMSB no município de Itabira destaca-se o alcance da efetiva participação social. Também foi possível constatar um nível elevado de embate entre os comitês instituídos no município e a consultoria contratada para elaboração do plano. Sendo assim, para além da exigência legal, os atores envolvidos expressam reconhecer a problemática do saneamento no município e a necessidade de se planejar ações futuras para transformar a realidade atual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saneamento básico, Plano Municipal de Saneamento Básico, Políticas Públicas, Lei 11.445

### INTRODUÇÃO

O quadro sanitário brasileiro, assim como na América Latina, indica grandes deficiências, principalmente em razão da falta de políticas públicas efetivas, bem como do baixo investimento nesse setor e às limitações de ordem técnica (BRASIL, 2005). As poucas ações e intervenções na área de saneamento ambiental acabam por ser de baixa eficácia, descontínuas, sem grande participação da população, com grande burocracia para serem implementadas e, em alguns casos, as técnicas adotadas não são condizentes com a realidade da população alvo (BRASIL, 2005).

No Brasil, a Lei 11.445/2007 define os quatro componentes do saneamento básico como: 1) abastecimento de água; 2) esgotamento sanitário; 3) gestão de resíduos sólidos; 4) drenagem de águas pluviais (Brasil, 2007).

Ainda que o saneamento básico seja essencial à qualidade de vida e a manutenção da salubridade ambiental, o Brasil apresenta um quadro de elevados déficits de acesso aos serviços. De acordo com o Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANAB, apenas 73,3% da população brasileira têm acesso adequado aos serviços de abastecimento de água, 49,4% acessam adequadamente os serviços de resíduos sólidos, porcentagem que reduz para 30,4% quando se considera os serviços de esgotamento sanitário. Em relação à drenagem não existem dados disponíveis (MORAES, 2014).

A fim de superar esses déficits, a Lei 11.445/2007 trouxe alguns importantes direcionamentos para essa área, estabelecendo, entre outros, a obrigatoriedade de elaboração dos PMSB para fins de acesso aos recursos públicos federais. Este tem sido um aspecto fundamental para criação e disseminação dos planos municipais uma vez que a falta de planejamento tem como sanção a suspensão da transferência de recursos públicos federais para os municípios investirem nessa área.

A Lei também estabelece que a população deverá participar de todas as etapas da elaboração do plano, por meio de debates e audiências públicas e participação em órgãos colegiados de caráter consultivo, por exemplo. Além disso a Lei estabelece que os responsáveis pela elaboração, coordenação, regulamentação do PMSB são os municípios. (BRASIL, 2007). Outra importante inovação da Lei 11.445/2007 refere-se ao estabelecimento da obrigatoriedade de elaboração de Planos para que os municípios, no ano de 2016, recebam verbas federais destinadas ao saneamento básico. Diante de tal obrigatoriedade, muitos planos acabam sendo elaborados sem o considerar as orientações para sua elaboração e conteúdo, o que pode acarretar em ações descontínuas e fragmentadas e consequentemente em um plano com desperdício de recursos e de baixa eficiência (BRASIL, 2005). Para Nascimento e Heller (2005), apesar do planejamento na área de saneamento ser uma necessidade, os esforços nesse sentido ainda são limitados.

Com a vinculação dos investimentos federais na área de saneamento à existência de PMSB surge como questionamento qual é a real motivação para o desenvolvimento do plano, se é apenas por sua obrigatoriedade ou se os envolvidos percebem a necessidade e a importância de um PMSB para o município. Outra importante questão refere-se à qualidade dos planos elaborados e a capacidade desses em de fato subsidiar e orientar as políticas públicas na área. Diante disto, o presente projeto se justifica por buscar identificar qual a motivação para a elaboração do PMSB do município de Itabira – Minas Gerais, identificar quais são as principais dificuldades enfrentados pelo município e analisar se o PMSB atende ao termo de referência publicado pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA que tem sido o documento de referência para validação dos planos pelo Ministério das Cidades responsável tanto pela análise dos planos quanto pela gestão dos recursos públicos federais na área de saneamento básico (BRASIL, 2012).

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Para a realização do trabalho utilizou-se a metodologia qualitativa. A fim de obter os dados necessários foram realizadas entrevistas com atores que estão diretamente envolvidos com a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, os entrevistados são os integrantes do Comitê de Coordenação do PMSB que foram eleitos em audiência pública no município de Itabira/MG e são parte tanto do poder público quanto da sociedade civil nos mais diversos setores. Dentre as opções de entrevista, optou-se pela entrevista semi-estruturada. Neste método, tanto o entrevistado como entrevistador possuem liberdade no direcionamento da fala, tornando a entrevista mais flexível.

A estrutura da entrevista foi dividida em quatro principais partes, nas quais a primeira buscava analisar o conhecimento do entrevistado com relação ao assunto bem como a importância e motivação para participação no processo de elaboração do plano. A segunda parte abordou os planos como ferramenta de políticas públicas para o alcance da universalização do saneamento, a terceira parte focou nas possíveis melhorias e a última parte da entrevista abordou o tema da participação social na elaboração do PMSB.

As observações foram realizadas por meio de participação em reuniões e oficinas que foram realizadas como subsídio para elaboração do Plano Municipal de Saneamento de Itabira. Estas observações foram anotadas em cadernos de campo.

O tratamento de dados foi realizado utilizando-se a técnica da análise de conteúdo. Para Vergara (2011), essa técnica busca identificar o que está sendo dito sobre o tema. Para análise dos dados foi utilizada a técnica da análise temática definida no âmbito da análise de conteúdo proposta por Bardin (1994). As observações de campo, os documentos e as entrevistas foram analisadas segundo os temas da pesquisa. Os principais temas da pesquisa são: dificuldades para elaboração do PMSB; Motivação dos envolvidos; Atendimento ao termo de referência.

## RESULTADOS

O Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Itabira (PMSB Itabira) é um processo decorrente de um contrato firmado em 05/09/2013 entre uma consultoria e o Instituto BioAtlântica (IBIO – Agência de Bacia do Rio Doce). Os recursos disponibilizados para elaboração do PMSB Itabira foram disponibilizados pela agência e são decorrentes dos pagamentos referentes à outorga de uso da água na Bacia do Rio Piracicaba.

Em relação ao processo de elaboração PMSB Itabira, ainda que a consultoria contratada não tenha estimulado a formação de um comitê de coordenação amplo, conforme ressaltado no trecho a seguir: “um dos equívocos que aconteceram no início do processo foi que a consultoria orientou que fosse constituído um comitê de coordenação bastante enxuto (ENTV3)” o município instituiu além de uma Comitê de Coordenação, um Comitê Executivo que contou com diversas reuniões de alinhamento, realizadas entre representantes do município, membros de órgãos públicos relacionados à gestão pública e à prestação dos serviços de saneamento básico.

Os setores representados nos Comitês são apresentados a seguir:

➔ Comitê Executivo:

Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE  
Empresa de Desenvolvimento de Itabira - Itaurb  
Secretaria Municipal de Obras  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
Secretaria Municipal de Saúde

➔ Comitê de Coordenação

Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE  
Empresa de Desenvolvimento de Itabira - Itaurb  
Secretaria Municipal de Obras  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano  
Secretaria Municipal de Meio ambiente  
Secretaria Municipal de Planejamento  
Secretaria Municipal de Educação  
Câmara Municipal de Itabira  
Comitê de Bacia Hidrográfica Piracicaba  
Comitê de Bacia Hidrográfica de Santo Antônio  
Ministério Público de Minas Gerais  
Associações e Órgãos de Classes Profissionais  
Comerciantes e Lojistas de Itabira  
Conselhos Municipais e Entidades de Defesa dos Interesses da Comunidade  
Associações e Órgãos Ligados aos Produtores Rurais  
Interassociação Centro de Referência das Entidades Comunitárias de Itabira  
Clubes de Serviços e Entidades de Interesse Social  
Universidade Federal de Itajubá  
Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira  
Empresas do Setor de Mineração

Para subsidiar a análise do referido Plano, foram realizadas entrevistas com 10 dos membros do Comitê de Coordenação, uma vez que a identidade dos entrevistados não será revelada, os mesmos foram classificados de acordo com a função que desempenham a fim de esclarecer o papel e a contribuição dos mesmos na elaboração

do plano. A identificação abaixo será utilizada em citações diretas ou indiretas ao longo da apresentação e discussão dos resultados:

- ENTV1 – Representante do Conselho Municipal de Saúde
- ENTV2 – Representante do Comitê de Bacia
- ENTV3 – Representante do Sistema Autônomo de Água e Esgoto
- ENTV4 – Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
- ENTV5 - Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- ENTV6 – Representante do Ministério Público de Minas Gerais
- ENTV7 – Representante do Comitê de Bacia
- ENTV8 – Representante da Empresa de Desenvolvimento de Itabira
- ENTV9 – Representante da Secretária Municipal do Meio Ambiente
- ENTV10- Representante da Secretária de Educação

As entrevistas foram realizadas em local escolhido pelo entrevistado e ocorreu nas dependências do Serviço Autônomo de Água e Esgotos, Empresa de Desenvolvimento de Itabira, departamentos da prefeitura e escritórios pessoais. Ao início das entrevistas cada participante manifestou seu consentimento voluntário e foi solicitada a assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido, no qual constam informações sobre a pesquisa, nome dos autores e seus contatos, informação sobre anonimato e autorização para realizar a gravação do áudio da entrevista. A estrutura da entrevista foi dividida em quatro principais partes: 1) analisar o conhecimento que o entrevistado expressava em relação ao tema do saneamento e a motivação identificada pelo entrevistado para elaboração do plano. 2) os planos como ferramenta de planejamento para o alcance da universalização do saneamento; 3) possíveis melhorias; 4) participação social. As entrevistas tiveram uma duração média de cerca de 29 minutos.

De acordo com a Lei 11.445/2007 o saneamento básico é um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas (BRASIL, 2007). Em relação ao conceito de saneamento básico, os entrevistados mostraram identificar alguns aspectos da definição de saneamento básico no Brasil, no entanto, não foram precisos em relação a essa definição conforme pode-se identificar nos trechos a seguir: “A Questão da água, da água pluvial, do resíduo sólido e do esgotamento sanitário é a base de uma sociedade organizada e que necessita desse instrumento para se valer dos seus direitos e prosperar. (ENTV4)”. O saneamento básico “...é um serviço essencial (ENTV3)” e possui uma grande relação com o bem estar e “...implica em qualidade de vida (ENTV2)”, “é você ter condições sanitárias para a sociedade, condições sanitárias adequadas.(ENTV9)”.

Essa dificuldade de conceituar o termo saneamento básico também foi identificada por Rubinger (2008) em estudo sobre percepção da população e discurso técnico sobre o saneamento. Segundo a autora, constata-se a necessidade de uma reflexão relativa à real aceitação do conceito de saneamento, assim como de seus serviços, para os vários setores da sociedade, com o intuito de identificar as verdadeiras metas a serem vislumbradas e respectivos benefícios logrados pela área.

Em relação à prestação dos serviços de saneamento básico no município em estudo, constatou-se que os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são de responsabilidade do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, uma autarquia municipal que atende toda a população residente na área urbana do município e parte da área rural (SAAE, s.d.). A prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos fica a cargo da Empresa de Desenvolvimento de Itabira Ltda – Itaurb, uma empresa municipal pública, cujos serviços oferecidos abrangem a coleta de materiais recicláveis, rejeitos e resíduos orgânicos em toda a área urbana e em parte da área rural de Itabira (ITAURB, s.d.). A drenagem de água pluvial do município é responsabilidade da Prefeitura Municipal de Itabira, por meio da Secretaria Municipal de Obras (ITABIRA, 2014).

Segundo dados do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS) de 2013 o Índice de Atendimento Total de Água no município é de 93,20% enquanto que na zona urbana esse percentual sobe para 100%. Já com relação ao esgoto o Índice de Coleta é de 80,27% e o percentual de tratamento de esgoto é de 43,96% (SNIS, 2013). Na vertente de resíduos sólidos, dos domicílios urbanos de Itabira, 98,69% possuem coleta de lixo.

O município apresenta, portanto, coberturas pelos serviços de saneamento básico superiores à média nacional. A maior parte da população conta com abastecimento de água, conforme relatado por um entrevistado: “...o município tem abastecimento público de água na área urbana toda, tem inclusive um órgão municipal que cuida disso e funciona bem, que é o SAAE (ENTV9)”. Com relação a esgotamento sanitário, o município dispõe de uma Estação de Tratamento de Esgoto que trata cerca de 50% dos esgotos gerados, no entanto, ainda são observados problemas relacionados as ligações clandestinas e ausência de coleta e transporte dos esgotos até a ETE. Esse quadro é descrito por um dos entrevistados: “...mais ou menos 50% dos esgotos são direcionados para a ETE Laboreaux, mas ainda sobra muitos lançamentos clandestinos, contaminando o córrego. (ENTV2)”. No componente resíduo sólido, o município possui um aterro sanitário em funcionamento e é pioneiro no país na implantação da coleta seletiva, conforme descrito pelos entrevistados: “adequando um aterro sanitário, hoje ele é todo licenciado e está inaugurando uma segunda célula. (ENTV4)”, “... coleta seletiva completou 23 anos na cidade é a 3<sup>o</sup> município do Brasil que implantou isto (ENTV8)”. Em relação ao serviço de drenagem urbana, foi possível constatar na fala dos entrevistados, na observação e na análise documental que o mesmo é prestado de forma precária e ainda apresenta diversas lacunas, conforme pontuado: “...Na área urbana não se fala em drenagem, drenagem urbana muito primitivamente não se tem plano (ENTV7)”, “...galeria de escoamento mas elas estão as vezes insuficientes quando você tem uma grande quantidade de chuva (ENTV8)”.

Nesse contexto, um panorama da prestação dos serviços de saneamento básico em Itabira, na área urbana e em relação ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, revela uma condição de atendimento superior ao observado em outros municípios, mas, ainda são observados problemas importantes, especialmente, naquilo que se refere a qualidade dos serviços prestados, à drenagem urbana e atuação na área rural. Os entrevistados demonstram reconhecer esse quadro conforme pode ser constatado no discurso a seguir: “município avançou bastante, mas percebo que ainda temos um caminho longo pela frente, temos que avançar muito mais. (ENTV3)”, “se fizesse uma escala entre péssimo e excelente eu colocaria [o município] entre o bom e o muito bom, mas com certeza tem muita coisa pra ser feita ainda. (ENTV9).

O planejamento na área de saneamento pode ser utilizado como uma ferramenta de gestão e é fundamental para impulsionar e trazer novas perspectivas e avanços nas ações que serão feitas em cada componente além de direcionar essas ações para as áreas mais deficientes (LISBOA, HELLER e SILVEIRA, 2013). De acordo com a Lei 11.445/2007 o planejamento no setor deve abranger objetivos e metas de curto, médio e longo prazo que visam a universalização dos serviços.

Os entrevistados demonstram reconhecer a importância do PMSB Itabira na definição das Políticas Públicas, conforme observa-se no trecho a seguir: Em Itabira o Plano “...nos vai dar a diretriz com relação ao ordenamento público, onde devemos gastar, como devemos gastar, a infraestrutura que vai demandar (ENTV4)”. O Plano de Saneamento é também reconhecido como um norteador de política pública, um direcionador para que se possa realizar ações que irão ter impactos no futuro sendo de fundamental importância para o município (ENTV5, ENTV8, ENTV9).

Os entrevistados durante a realização dessa pesquisa expressam que a motivação para realização do Plano não envolve somente a questão legal, mas deve ser uma ação levada a cabo pelos municípios para subsidiar as políticas na área de saneamento, conforme observa-se no trecho a seguir: “...municípios precisam abraçar a obrigação de fazer esses planos com muita responsabilidade, com muita determinação, [...]para não virar mais um plano, mais um projeto de prateleira, um projeto de gaveta”.

Apesar de reconhecer a necessidade de se planejar para melhorar a situação do saneamento no município, a maioria dos entrevistados acredita que a motivação para a elaboração do PMSB foi a exigência legal do governo federal. “Na realidade o start up é o quesito de poder angariar verbas federais somente de posse desse plano (ENTV4)”. Mas ressaltam também que tal exigência foi impulsionadora uma vez que já se percebia a necessidade de um planejamento da cidade, “...a problemática bate na porta, tem muita coisa pra ser resolvida (ENTV6)”. “...gente percebe que há uma preocupação independente da obrigação, mas então essa obrigação ela força o município (ENTV9)”.

Com relação ao Comitê de Coordenação do PMSB Itabira, este foi nomeado pela prefeitura em 12 de fevereiro de 2014, cerca de 4 meses após a primeira reunião do início do plano. O Comitê de Coordenação foi construído de forma a ser o mais plural e abrangente possível. O Comitê é paritário, sendo formado por



pessoas do poder público e pessoas da sociedade civil, conforme pontuado nas falas dos entrevistados: [...] a gente tentou fazer ele bem amplo (ENTV5)”, “...é um comitê mais político, ele aprova ou não aprova aquilo que foi elaborado (ENTV8)”. O comprometimento e empenho e a participação ativa do comitê de Coordenação tem sido de fundamental importância para um bom andamento do plano (ENTV2, ENTV6). “Eu acho muito positivo quando os membros do comitê [...] se debruçam sobre esse plano e levam pra gente nas discussões o que eles viram que não é positivo (ENTV1)”.

Todos os entrevistados acreditam que com a elaboração do PMSB a situação do saneamento no município irá melhorar, uma vez que esse plano irá servir para direcionar as políticas públicas e os investimentos que serão feitos ao longo dos anos, dessa forma as ações serão coesas e pensadas em longo prazo e não ações fragmentadas (ENTV4, ENTV5, ENT8). Além disso, o plano após ser aprovado em audiência pública poderá transformar-se em uma Lei Municipal, logo passa a ser uma obrigação do governo que está no poder de cumpri-lo, além do que cabe também à população cobrar para que ele seja executado (ENTV7, ENTV3). “...Mas a partir do momento que o plano é uma lei já tem a possibilidade, por exemplo, do Ministério Público de cobrar, se não existe a lei o prefeito ele vai decidir o que é melhor (ENTV6)”.

No município de Itabira a convocação e participação popular no processo de elaboração do PMSB ocorreu com o apoio da Secretária de Saúde, uma vez que os delegados foram escolhidos com base na territorialidade dos núcleos do Programa Saúde da Família (PSF) elegeu-se para cada um desses núcleos um delegado para representar as 22 unidades territoriais abrangidas pelo PSF em questão, “isso foi um achado, foi uma coisa que deu certo (ENTV3)”. Tais delegados participam de oficinas realizadas pelos comitês organizadores do PMSB. O objetivo dos encontros é proporcionar espaços de discussão nos quais os delegados apontam quais os principais problemas que eles vivenciam no entorno de onde moram, “é a população que tem as informações, por exemplo se falta água, onde que falta água, onde que as coisas vão bem, onde as coisas não vão (ENTV4)”. Segundo os entrevistados ENTV9 e EANT1, apesar da representação por parte dos delegados, a população, de uma forma geral e mais ampla, não apresenta grande interesse e participação ativa na elaboração do plano, “...nossa população, a nossa sociedade civil ainda carece de mais organização. Tem muita coisa que está as vezes desarticulada, desorganizada (ENTV9)”. Um dos possíveis motivos para a não participação da população é a falta de divulgação efetiva por parte dos responsáveis pela elaboração do plano, “...muita gente não sabe ainda da construção desse plano. Acho nos temos ainda que divulgar na mídia escrita, falada [...] divulgar mesmo (ENTV1)”.

Uma das perguntas que foram realizadas com os entrevistados explorou a percepção dos mesmos em relação ao que eles acreditam ser de fundamental importância para a elaboração de um bom plano de saneamento, de uma forma geral as respostas convergiam para dois principais pontos fundamentais. O primeiro diz respeito a ter um diagnóstico bem elaborado, possuir um conjunto de informações que retratem fielmente a realidade do município e então, só a partir do diagnóstico pronto e de qualidade, é que seria possível dar continuidade ao plano e definir quais seriam as ações futuras conforme expresso pelos entrevistados: ENTV5, ENTV6, ENTV9). Na fala a seguir é possível identificar esse aspecto: “na verdade eu acho que em primeiro lugar [deve se ter] um diagnóstico bem feito (ENTV9).” O segundo ponto ressaltado refere-se a necessidade de que o plano tenha uma participação ativa tanto da sociedade civil como de um corpo técnico forte, de modo que os dois estejam unidos e engajados com o objetivo de elaborar um bom plano, aspecto que pode ser identificado na fala a seguir: “pra elaborar um bom plano é [fundamental] a participação mesmo, tanto do poder político, quanto da comunidade, como dos técnicos. Todos os saberes, todos os atores (ENTV1)”.

Durante a realização do presente trabalho buscou-se entender quais seriam as fortalezas das etapas de realização do plano, pontos considerados como decisivos para o bom andamento do plano. O principal ponto indicado pelos entrevistados foi a formação do Comitê de Coordenação, tanto a forma como ele foi organizado visando a ampla participação de vários setores, tanto o engajamento, comprometimento e competência dos integrantes desse comitê (ENTV4, ENTV5, ENTV7, ENTV9). No trecho a seguir este tema pode ser identificado: “Um ponto forte é o Comitê de Coordenação, que todo mundo é empenhado, todo mundo está correndo atrás [...] é uma equipe que conhece (ENTV5)”. Já com relação aos pontos fracos que o município tem enfrentado na tarefa de planejar as ações de saneamento básico, as dimensões que mereceram mais atenção dos entrevistados que apontaram necessidades de adequações envolvem a falta de engajamento da população de uma forma geral, apesar da presença dos delegados há ainda a falta de participação em interesse de participar da comunidade como um todo. Essa questão pode ser identificada nas falas a seguir: “a gente percebe que tem momento que faz falta ter mais participação da comunidade de uma maneira geral (ENTV9)”.

Outro ponto crítico considerado foi o diagnóstico elaborado pela empresa contratada, que não levou em conta as considerações da comunidade e que não abrangia o município por inteiro, “a grande dificuldade é fazer esse diagnóstico do plano levando em consideração todo o município, inclusive toda a zona rural (ENTV8)”.

Importante observar também que durante a análise das atas foi verificado que o Comitê de Coordenação reprovou mais de uma vez os produtos entregues pela consultoria contratada sendo essa atuação de fundamental importância para que os textos entregues passassem a atender as especificações do termo de referência e as exigências de participação popular, contribuindo, portanto, para qualidade dos mesmos.

Já as expectativas futuras para os próximos produtos que serão elaborados são boas e positivas, conforme observa-se nos trechos a seguir: “eu acho que vai dar certo, eu estou muito otimista (ENTV1). Mas também esperasse que a empresa contratada para elaboração possa cumprir de forma eficiente com as próximas etapas, com produtos de qualidade e bem elaborados, “a expectativa é que a empresa cumpra de fato o que está combinado [...] pra que a gente tenha um bom plano, um bom produto final (ENTV9)”. Nesse contexto, a ação da consultoria contratada e os documentos elaborados pela mesma tem sido objeto de profunda análise do Comitê de Coordenação do PMSB Itabira o que tem garantido que o mesmo venha sendo elaborado seguindo os Termos de Referência e de forma a responder as questões referentes ao saneamento no município.

## **CONCLUSÕES**

Ao se realizar um planejamento, em qualquer esfera, busca-se que ele seja de fato efetivo e que subsidie as decisões relacionadas às ações futuras. No saneamento básico não é diferente, os planos municipais surgem com o objetivo de se conhecer a realidade dos componentes do saneamento e assim propor medidas para que a situação melhore de modo a obter a universalização, a equidade e qualidade dos serviços prestados.

No município de Itabira, o plano encontra-se na etapa de aprovação dos produtos e apesar de ter tido problemas com a elaboração destes produtos, os Comitês responsáveis se mostraram bastante empenhados para que os produtos fossem elaborados de forma eficiente, retratando de fato a realidade do município e apontando soluções para as políticas públicas de saneamento básico no município.

A elaboração dos PMSB pelos municípios é uma exigência legal do governo federal, por meio da Lei 11.445/2007, com isso uma das principais motivações da elaboração do plano no município é o cumprimento da lei, sob a condição de não recebimento de verbas para o saneamento caso o plano não seja elaborado. Mas apesar da exigência legal, é possível identificar nos discursos o reconhecimento das problemáticas referentes aos componentes do saneamento no município e a necessidade de se planejar ações futuras para se mudar a realidade atual. Dentre os maiores desafios identificados no processo de elaboração do Plano, está a viabilização da efetiva participação social no processo.

O presente estudo indica que parece haver um consenso entre os técnicos e demais atores envolvidos no processo de elaboração do Plano em relação à necessidade de fomentar a participação social. No entanto, as ações concretas ainda são limitadas.

## **AGRADECIMENTOS**

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG pelo apoio concedido para participação no 28º CBESA. Os autores também agradecem à Universidade Federal de Itajubá - Campus Itabira pelo apoio para o desenvolvimento da pesquisa e ao CNPq pela concessão de bolsa de iniciação científica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Tradução Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1994. 226 p. Título original: L' Analyse de Contenu.
2. BRASIL. Política e Plano Municipal de Saneamento Ambiental: experiências e recomendações. set. 2005. Brasília: Ministério das Cidades/OPAS. Acesso em: 20 mai. 2014
3. BRASIL. Lei nº 11.445 - 05/01/2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2007/11445.htm>. Acesso em: 20 mai. 2014.
4. BRASIL. Termo de Referência para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico e Procedimentos Relativos ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira da Fundação Nacional de Saúde-FUNASA/MS. Brasília: Ministério da Saúde/Fundação Nacional da Saúde (FUNASA). 2012. Disponível em : [http://www.funasa.gov.br/site/wpcontent/uploads/2012/04/TR\\_PMSB\\_V2012.pdf](http://www.funasa.gov.br/site/wpcontent/uploads/2012/04/TR_PMSB_V2012.pdf). Acesso em: 25 mai. 2014
5. HELLER, Léo. Saneamento básico: o lugar da técnica e o papel da política. PensarBrasil, Estado de Minas, Belo Horizonte, p. 18 - 21, 09 out. 2010.
6. HELLER, Léo. & REZENDE, Sonaly. Planejamento em Saneamento Básico: aspectos teóricos-metodológicos. Fundação Vale, 2013. Disponível em < <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002230/223068por.pdf>>. Acesso em 13 nov. 2014
7. ITABIRA. Plano Diretor Participativo do Município de Itabira. Itabira: Prefeitura Municipal de Itabira, Fundação Israel Pinheiro, 2014. Disponível em: <[http://www.itabira.mg.gov.br/portal/wp-content/uploads/2014/10/PDM\\_ITA\\_leitura-tecnica\\_R00.compressed.pdf](http://www.itabira.mg.gov.br/portal/wp-content/uploads/2014/10/PDM_ITA_leitura-tecnica_R00.compressed.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2014.
8. ITAURB. EMPRESA DE DESNVOLVIMENTO DE ITABIRA LTDA (ITAURB). Empresa. Itabira, [s.d.]. Disponível em: <[http://www.itaurb.com.br/index.php?option=com\\_k2&view=item&layout=item&id=45&Itemid=9](http://www.itaurb.com.br/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=45&Itemid=9)>. Acesso em 16 nov. 2014
9. LISBOA, S. S.; HELLER, L.; SILVEIRA, R. B.. Desafios do planejamento municipal de saneamento básico em municípios de pequeno porte: a percepção dos gestores. Engenharia Sanitária e Ambiental, Rio de Janeiro , v. 18, n. 4, Dec. 2013 .
10. MORAES, L. R. S.; SILVA, A. G. L. S.; DIAS NETO, A. A.; BORJA, P. C.; PRUDENTE, A. A.; ROCHA, L. S. Análise situacional do déficit em saneamento básico. 1. ed. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2011. v. 1. 330p. In: HELLER, L.; MORAES, L. R. S.; BRITTO, A. L. N. P.; BORJA, P. C.; REZENDE, S. C. (coord.). Panorama do saneamento básico no Brasil. Brasília: Ministério das Cidades, 2011.
11. NASCIMENTO, N. O.; HELLER, L. Ciência, tecnologia e inovação na interface entre as áreas de recursos hídricos e saneamento. Engenharia Sanitária e Ambiental. 2005, vol.10, n.1, p. 36-48.
12. SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Diagnóstico dos serviços de água e esgoto. 2013. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/>. Acesso em 22 de mai. 2015.
13. RUBINGER, S. D. Desvendando o conceito de saneamento no Brasil: uma análise da percepção da população e do discurso técnico contemporâneo. Disponível em <http://www.smarh.eng.ufmg.br/defesas/528M.PDF>. Acesso em 01 de mar. 2013.
14. SAAE. SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE). Institucional. Itabira, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.saaeitabira.com.br/Institucional/OSAAE/tabid/586/Default.aspx>>. Acesso em 16 nov. 2014.
15. VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 4 ed. São Paulo, Atlas, 2011.